

Superávit de capital 148

por Mara Luquet
de São Paulo

O professor Octavio de Barros, diretor técnico da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet), um estudioso sobre o fluxo de capitais internacionais está preocupado: "Pelo terceiro ano consecutivo teremos equilíbrios ou superávits de transações correntes simultaneamente a superávits de capital do balanço de pagamentos".

O que Barros está dizendo é que têm muito dinheiro entrando no caixa brasileiro. A conta de transações correntes inclui serviços (como o pagamento de juros, por exemplo) e o saldo da balança comercial. Na conta de capital estão registrados os investimentos e empréstimos que entram insistentemente no País. Tanto uma como a outra tem mostrado superávits nos últimos anos, ou seja, o dinheiro que sai ainda é pouco se comparado ao ingresso de divisas no Brasil.

Globalização da economia

Historicamente, segundo Barros, a conta de comércio (exportações menos importações) sempre teve um peso mais importante na balança de pagamentos de um país em relação à conta de capital. O fenômeno da globalização da economia está mudando essa relação. Um estudo de Barros mostra que no balanço de pagamentos agregado dos países industrializados a conta de capital, que em 1980 representava 28,1% do balanço total, passou para 43,1% em 1986, atingindo 68,3% em 1992. Da mesma forma o movimento de capitais passa de 14,3% do Produto Interno Bruto (PIB) daqueles países em 1980 para 89,2% em 1992. No Brasil, a corrente de comércio é de 13,8% do PIB e a de capital, que há dois anos era de 5%, hoje se aproxima de 10% do PIB.

"A única forma de transformar o capital estrangeiro em poupança externa é promover um déficit em transações correntes", diz Octávio de Barros. Se a conta de transações correntes passa a ter déficit, cria-se um espaço para aumentar a participação da conta

de capital no balanço de pagamento. Esses são os recursos que servirão para financiar o desenvolvimento do País. "O principal problema do Brasil hoje é financeiro e existe um ciclo favorável de financiamentos para os países em desenvolvimento", diz Octávio de Barros.

Recursos para investimento

Para resolver essa carência financeira do País, Barros sugere então o déficit, o principal instrumento que ele acredita servirá para fazer com que o dinheiro que está entrando no País financie um novo ciclo de investimentos.

Segundo Barros, o balanço de transações correntes de 1994 deverá terminar em equilíbrio e o balanço de capitais positivo em cerca de US\$ 10 bilhões. "O país está recebendo capitais estrangeiros, mas não poupança externa", diz Barros. Na realidade, segundo seus cálculos, na média dos últimos 11 anos a poupança externa em relação ao PIB é próxima de zero: 0,22% do PIB, ante 5,28% no período de 1974 a 1984. Com relação ao investimento bruto (formação bruta de capital fixo), a poupança externa, que, neste último período mencionado, foi de 22,19% em média do total, nos últimos 11 anos se reduziu a 1,24%.

Déficit urgente

"A simultaneidade de superávits na conta de capitais e em transações correntes cumpriu a missão de viabilizar o acúmulo de reservas, fundamental para o plano de estabilização em curso", diz ele. Mas uma vez alcançado o patamar de reservas suficiente para dar munção e sustentabilidade ao plano e considerando-se que a volatilidade das reservas não é elevada, Barros considera decretado, "pelo menos por um bom tempo", o fim da síndrome do constrangimento externo.

Mas o que fazer com os capitais que aportam no País? Para Barros, há dois pontos que resumem a resposta. "Primeiro, é urgente a efetivação de um déficit anual em transações correntes da ordem de US\$ 10 bilhões", diz ele. A cifra é igual ao superávit na conta de capital estimado para 1994. "Depois, é preciso

promover políticas de atração de capital de longo prazo financiadoras de um novo ciclo de investimentos".

Processo de estabilização

Na avaliação de Barros, todas as medidas de taxação de IOF para inibir os ingressos líquidos de capital estrangeiro, "ainda que justificáveis e necessárias", não poderão se perpetuar até que a estabilidade seja completada. "Sabemos que o processo de estabilização para se consolidar ainda tomará pelo menos dois anos de perseverança da política econômica", diz Barros. "Mas não será possível esperar esse prazo para tirar proveito do novo ciclo de transnacionalização produtiva e de financiamento que está em curso. Até porque o cenário internacional, que é hoje extremamente favorável aos países em desenvolvimento, pode não sê-lo daqui a dois anos".

Nos últimos anos o crédito privado mundial simultaneamente aos investimentos diretos produtivos tem crescido de forma significativa em direção aos países em desenvolvimento. Esse fluxo que era de cerca de US\$ 54 bilhões em 1990 (total de créditos e investimentos diretos de estrangeiros para os países em desenvolvimento) já somava em 1993 algo próximo a US\$ 165,0 bilhões. "Não se justifica desconsiderar o momento oportuno para se transformar os capitais estrangeiros que chegam ao Brasil em efetiva poupança externa", diz Barros. "O que há de mais objetivo a se fazer neste momento é criar os mecanismos para que se possa obter um déficit em transações correntes, de preferência que seja um "déficit construtivo".

O professor esclarece que o déficit em transações correntes não significa que está em curso um franco processo de desindustrialização e de forte dependência de capitais externos. "Apresentar a economia brasileira como a mais provável vítima da desindustrialização na América Latina é subestimar o seu dinamismo jogando-a na vala comum dos desconectados e acreditar que a competitividade já conquistada só dependeu até hoje da mudança de preços relativos em favor das exportações via desvalorizações cambiais".